

## A vitalidade da obra de Celso Furtado:

o caso de "Formação Econômica do Brasil"

Marcos Cordeiro Pires

**Como citar:** PIRES, M. C. A vitalidade da obra de Celso Furtado: o caso de "Formação Econômica do Brasil". *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 21-40. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p21-40>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## A VITALIDADE DA OBRA DE CELSO FURTADO: O CASO DE “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”

*Marcos Cordeiro Pires<sup>1</sup>*

### INTRODUÇÃO

Celso Furtado foi o maior economista brasileiro do século XX. Sua obra influenciou a política econômica brasileira e principalmente o debate acadêmico sobre as origens de nosso atraso político, econômico e cultural. Além disso, sua obra mais famosa, “Formação Econômica do Brasil” tornou-se indispensável para se conhecer a fundo os aspectos econômicos de nossa estrutura econômica e como a criação da colônia, com sua organização social e suas características produtivas, acabou por influenciar o destino do Brasil por cinco séculos. Não obstante, Formação Econômica do Brasil tornou-se disciplina obrigatória na preparação dos estudantes de economia do país.

Quando se depara com a obra seminal de Furtado, encontramos um acadêmico com uma forte visão humanista, que mescla brilhantemente em sua análise conceitos historiográficos, sociológicos, além é claro dos conceitos da economia política. Análises como a origem do atraso latino-

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica. FFLCH-USP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp – *campus* de Marília.

americano e da prosperidade da América do Norte, ou uma explicação keynesiana do impacto da compra e queima de café nos anos (19)30 pelo governo Vargas são exemplos deste brilho. Furtado já era “multidisciplinar” antes que este adjetivo ganhasse a importância que assumiu hoje em dia.

No entanto, por conta da hegemonia de escolas de pensamentos liberais, a capacidade crítica dos economistas está sendo relegada ao segundo plano devido a um tecnicismo utilitarista, evidenciado no processo de seleção de pós-graduandos em economia no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia-ANPEC. Apesar de se atribuir, entre as correntes ligadas “às forças de mercado”, grande importância a uma formação abrangente e generalista, são nulos os pesos atribuídos aos conhecimentos de história econômica, economia política e história do pensamento econômico. Resultado disso é uma Ciência Econômica altista, que procura manipular a realidade por meio de uma dúzia de conceitos, com vistas à exclusivamente manter o *status quo*. De fato, tal postura visa restringir o avanço das forças produtivas da sociedade e, conseqüentemente, impedir a melhoria do padrão de vida das pessoas comuns.

O presente artigo, decorrente de minha apresentação na X Jornada de Ciências Sociais – Estudos sobre Celso Furtado, está estruturado em duas partes. Na primeira procura discutir sobre o “modelo ideal” de economista no atual estado do pensamento econômico brasileiro e como ele está evidado de certo dogmatismo liberal, o que em essência é o antípoda de Furtado. Na segunda parte, será analisada a obra clássica de Furtado, “Formação Econômica do Brasil”, como um exemplo da riqueza de um pensamento se que se situa além dos dogmas do “*mainstream*”.

## 1 O ECONOMISTA BRASILEIRO MAIS INFLUENTE NO MUNDO

Ao me deparar com um estudo elaborado pela Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, “Avaliando Pesquisadores e Departamentos de Economia no Brasil a partir de Citações Internacionais” (ISSELER; FERREIRA, 2006), fiquei bastante perplexo por verificar que o Dr. Aloísio Pessoa de Araújo é, segundo o artigo, o economista brasileiro mais influente no meio acadêmico internacional, por possuir o maior número de citações em periódicos internacionais de “primeira classe” (155 citações). A perplexidade foi ainda maior ao verificar que Celso Furtado se encontrava em quarto lugar no *ranking*, apesar de possuir 713 citações também em publicações estrangeiras, o campeão em números absolutos.

Não há o que duvidar dos resultados, uma vez que são compatíveis com os parâmetros estipulados pelos professores da FGV. O que suscita discussão é saber se efetivamente, do ponto de vista da sociedade, tais publicações privilegiadas pela pesquisa, assim como a temática com que trabalham, podem ser colocadas em patamares tão superiores quanto aos seus impactos. Nesse sentido, cabe uma pergunta, o que é mais importante para a vida social, uma reflexão e um projeto de política econômica que busque retirar uma região do atraso ou algum modelo matemático sobre impactos de uma nova lei de falências? Tal indagação não tem por objetivo hierarquizar o que é importante ou não do ponto de vista de cada pesquisador, já que tanto um projeto de desenvolvimento quanto um modelo matemático aplicado à solução de um problema prático, do ponto de vista metodológico, são legítimos. O problema em si é compreender o que está por trás de cada escolha ou cada hierarquização, tal como tratado no artigo de Isller e Ferreira.

Nota-se que o padrão de economista privilegiado pelos autores é aquele vinculado a correntes ligadas às metodologias quantitativas, que tratam de “prever” problemas econômicos, ao lidar com modelos econométricos, particularmente aqueles vinculados a interesses empresariais. Nesse processo, após se valer dos axiomas de teorias neoclássicas, montam um modelo matemático no qual encaixam algumas variáveis isoladas e, posteriormente, por meio de sofisticados programas de computador, obtém-se uma equação que consegue identificar um padrão estatístico que pode ser útil para explicar o padrão futuro. Um exemplo disso poderia ser a volatilidade estocástica no apreçamento de um ativo financeiro.

Qualquer abordagem metodológica que analise problemas econômicos que não se encaixem nessa visão é relegada pelos “Sábios do Templo”, já que são eles que controlam as chamadas revistas “Qualis A”, ou seus similares internacionais. Elas são pejorativamente denominadas de “literatura”.

Ao se privilegiar este tipo de economista, os periódicos do *mainstream* prestam sua homenagem a quem lhe é devido: o deus Mercado. Isso nos remete a John Kenneth Galbraith:

[...] no mundo econômico e em especial no universo financeiro, fazer previsões sobre o que não se sabe e sobre o que não é sabível é uma ocupação apreciada e bem paga. Pode ser a base de uma carreira bem remunerada, embora muitas vezes breve. Surgem daí avaliações

alegadamente fundamentadas a respeito das perspectivas da economia e sobre os participantes individuais e as empresas envolvidas. Homens e mulheres engajados nessa carreira acreditam saber o que não é sabido - e há quem acredite neles; admiti-se que a pesquisa cria esse conhecimento. Uma vez que a previsão é aquilo que os outros querem ouvir, aquilo que querem lucrar e aquilo que lhes dará retorno, a esperança e a necessidade encobrem a realidade. (GLABRAITH, 2004, p. 58).

A apologia e a submissão da realidade ao interesse não podem ser considerados Ciência, nem aqui nem alhures. Em oposição a isso nos apoiamos em Vieira Pinto:

A pesquisa científica é um aspecto, na verdade o momento culminante, de um processo de extrema amplitude e complexidade pelo qual o homem realiza sua suprema possibilidade essencial, a racionalidade: a possibilidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidade. Este processo chama-se “conhecimento”(VIEIRA PINTO, 1969, p. 13).

Talvez seja esta última palavra o cerne de nossa discussão, pois conhecimento é um bem público, fruto de determinado estágio de desenvolvimento social, que é legado por gerações e que efetivamente pode contribuir para o processo de transformação social da humanidade. Nesse sentido, quando se analisa a obra de Celso Furtado pode-se constatar sua perenidade e sua influência sobre as novas gerações, que buscam criar uma sociedade desenvolvida em aspectos humanos e materiais. Para se chegar a esse tipo de estatura intelectual, o que é preciso? Qual a matéria-prima de um pensamento criativo e corajoso? A resposta na trajetória de vida e na formação intelectual, que soube integrar ao sólido conhecimento técnico de economista as influências humanistas de seu tempo.

No entanto, para que seja feita uma discussão mais aprofundada sobre os dois modelos de economistas até aqui citados, é preciso refletir sobre as diferentes concepções de “Economia” que estão presentes no padrão “Celso Furtado” e no padrão “EPGE-FGV”. No primeiro estão presentes as tradições da Economia Política, desde Smith, Ricardo e Marx, passando por Schumpeter, Keynes e Prébisch. Noutro, a escola neoclássica de Walrás, Jevons, Marshall e os neo-neoclássicos, como Friedman e as escolas Austríaca e de Chicago. No primeiro, a noção que os fenômenos econômicos ocorrem no seio da *polis*, com as contradições e disputas entre

os membros de uma comunidade; no segundo, a crença de que os problemas econômicos se reduzem à relação a-histórica de produtores e consumidores que se encontram no mercado. Este, um espaço abstrato que só existe nos atuais livros-texto de economia. As habilidades exigidas de cada um desses padrões de economista também são variadas.

Particularmente na visão de John M. Keynes, no campo da Economia Política, o economista deve ser:

[...] matemático, historiador, estadista, filósofo [...] deve entender os símbolos e falar com palavras. Deve contemplar o particular nos termos do genérico, e tocar o abstrato e o concreto na mesma revoada de pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado com objetivos futuros. Nenhuma parte da natureza humana ou das suas instituições deve ficar completamente fora do alcance de sua visão. Ele deve ser decidido e desinteressado com a mesma disposição; tão distante e incorruptível como um artista, e ainda assim algumas vezes tão perto da terra quanto um político. (KEYNES apud MENDES, 2001, p. 11).

Ora, do que se pode depreender da citação, as habilidades deste tipo de economista são demasiadamente complexas. Pressupõe o conhecimento da História Econômica, de Ciência Política, da Filosofia, da Matemática e da Estatística, de Lógica... ou seja, deve ser um intelectual de escol.

Para exemplificar as habilidades exigidas do segundo padrão, tomamos como exemplo as habilidades exigidas pelo processo de seleção de pós-graduandos da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, que organiza uma prova em nível nacional para direcionar os jovens pesquisadores para os principais programas de pós-graduação em economia do país. A avaliação de 2007 versou os seguintes assuntos: Inglês, Economia Brasileira, Macroeconomia, Microeconomia, Matemática e Estatística. É flagrante a ausência de outros pilares na formação de um economista, como teoria do desenvolvimento, História do Pensamento Econômico, História Econômica e particularmente Formação Econômica do Brasil.

Na comparação entre os dois padrões, nota-se que um deles está manco de uma perna. Ao se privilegiar a formação de “economistas de padrão internacional” é suprimido qualquer tipo de formação que exija

uma reflexão por parte do economista quanto à realidade em que está inserido. Assim ele ficará mais à vontade em aplicar inconscientemente determinados tipos de medidas econômicas que funcionam muito bem na matriz, mas sempre insistem em falhar na filial. Mas isso não importa, pois sempre haverá a desculpa de que o “remédio” foi aplicado em doses muito pequenas para se obter o efeito desejado, como já manifestou certa vez Domingo Cavallo (2002) sobre a crise Argentina, ou mesmo, dito de outra forma, por John Williamson (KUCZNSKI; WILLIAMSON, 2003) sobre o fracasso do “Consenso de Washington” na América Latina nos anos (19)90.

Não obstante as críticas que podem ser feitas, o modelo neoclássico se estabeleceu como o padrão do ensino da economia e como referencial das políticas macroeconômicas empreendidas na maior parte dos países. O sucesso desta visão esteve associado à imposição dessa linha pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) desde 1981. Paralelamente a isso, foi criada uma “cultura” neoclássica por meio do arregimento de jornalistas “econômicos” que passaram a formar uma opinião pública supostamente favorável às teses anti-intervencionistas, anti-desenvolvimentistas e pró-mercado e pró-estabilidade monetária. O sucesso foi viabilizado ainda pelo fechamento de todos os canais de acesso à opinião pública aos economistas críticos do *mainstream*. Tal situação descreve a imposição do chamado “pensamento único”. Contra isso se manifestaram os estudantes franceses de economia:

A maior parte de nós escolheu a economia para adquirir uma compreensão aprofundada dos fenômenos econômicos com os quais o cidadão de hoje é confrontado. Ora, o ensino tal como é ministrado – isto é, na maior parte dos casos o da teoria neoclássica ou de abordagens derivadas – geralmente não atende a essa exigência. Embora a teoria se separe legitimamente das contingências em um primeiro momento, ela raramente efetua o necessário retorno aos fatos: a parte empírica (história dos fatos, funcionamento das instituições, estudo do comportamento e das estratégias dos agentes...) é praticamente inexistente. Além disso, essa separação entre o ensino e as realidades concretas coloca necessariamente um problema de adaptação para aqueles que gostariam de se tornar úteis aos atores econômicos e sociais(OS ECONOCLASTAS, 2005).

É essa disciplina autista que é privilegiada pelas publicações especializadas nacionais e internacionais. O raciocínio crítico, as

especificidades nacionais ou regionais, as disputas entre os agentes econômicos, o jogo político, a disputa pela regulação econômica mais adequada, a reflexão sobre os impactos sociais e ambientais do crescimento econômico não são importantes, na visão da corrente hegemônica. Nesse sentido, não é só Celso Furtado que está “escanteado”, mas também Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Heitor Ferreira Lima, Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa... para mencionar apenas os autores nacionais.

A forma como se trava a luta entre as duas concepções de economia é muito desigual. De um lado estão os interesses estabelecidos dentro da Academia, interesses que na maior parte dos casos é materializado na forma pecuniária. Ao lado desses, o interesse do centro do poder político que são as grandes corporações industriais e financeiras e, por consequência, o monopólio do acesso aos meios de comunicação de massa. No entanto, por mais desigual que seja o debate, aqueles que possuem a certeza de suas convicções não podem se esmorecer. Este evento, a X Jornada de Ciências Sociais – Jornada de Estudos “Celso Furtado”, é um palco importante para esta batalha. A justa homenagem à obra de Furtado se junta à de outros importantes formadores do pensamento social brasileiro, como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freire, entre outros.

Conscientizar nossos estudantes sobre a grande contribuição de Celso Furtado ao pensamento brasileiro é uma forma de chamar atenção para uma percepção diferente da realidade, que não se restringe a taxa de juros, inflação, reservas internacionais, risco país e outros chavões que nos perturbam diariamente. Para além do mundo que fica todas as manhãs torcendo pelo “bom humor do mercado”, há um país que precisa se desenvolver, de modo a permitir que sua população possa realizar todas as suas possibilidades.

## **2 CELSO FURTADO E SUA “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL”**

A área da economia mais depreciada pela corrente neo-neoclássica é a História Econômica. Para uma visão de ciência econômica similar às ciências da natureza, compreender os processos histórico-econômicos é perda de tempo ou mera “literatura”. O problema se situa numa disputa metodológica e/ou ideológica, já que os fundamentos de muitas teorias



ou “receitas” se esvaem após uma análise mais cuidadosa. Esse “poder” da História Econômica, como bem assinala Wilson do Nascimento Barbosa, deve-se ao...

seu poder metodológico para corroer fantasias. O que tornou a História Econômica fascinante foi o seu poder de [...] destruir explicações fantasiosas’. O que a tornou desagradável, indesejável até, foi este mesmo ‘poder metodológico’. Ela ‘não interessa’, numa sociedade controlada pela mídia. (BARBOSA, 1988, p. 1).

É no confronto entre a teoria e os fatos que se pode construir uma interpretação mais próxima da realidade. É aí que se encontra o problema. Quanto mais se conhece a história mais se constata que aquilo que as nações industrializadas impõem aos países subdesenvolvidos como a correta e única política econômica (liberal) não foi por eles seguidas em momento algum de suas trajetórias nacionais. Não foi sob a cartilha da “boa governança”, da estabilidade da moeda, do controle orçamentário e do respeito às patentes que Estados Unidos, Japão e Alemanha ingressaram no clube dos países industrializados.

Nós brasileiros, para compreender os problemas econômicos de nosso tempo, precisamos visitar e revisitar a nossa formação histórica. As disparidades sociais e étnicas não surgiram por obra do acaso. O atraso econômico e tecnológico também não. É na história que está nossa fraqueza, e também nela que possivelmente estará nossa fortaleza. Aparentemente, a sociedade brasileira é um amontoado de pessoas que ainda não se encontrou como nação, mas esta possibilidade não pode ser descartada. De acordo com Mendonça e Pires

Em decorrência de nossa formação histórica, quando um brasileiro olha para outro brasileiro freqüentemente *não se enxerga nesse outro*. Somos um povo, do ponto de vista étnico e cultural muito variado. Dos primitivos habitantes desta terra, muitos já desapareceram. Aos primeiros europeus de origem lusitana se juntaram outros. Pessoas de diversas nações africanas foram trazidas à força e desenraizadas de sua terra para fazer girar a engrenagem colonial. Também da Ásia vieram indivíduos em busca de trabalho e dignidade. Desses estoques étnicos, outras combinações vêm dando as cores do povo desta terra. Apesar de toda essa diversidade, algo nos une, mas o quê? Não encontraremos resposta em outro lugar a não ser em nossa própria história! (MENDONÇA; PIRES, 2002, p. 12)

Foi o que Celso Furtado fez, ao pesquisar sobre nossa formação econômica já em sua tese de doutoramento “Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII”. De acordo com ele,

Foi a elaboração desta tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948 que me levou a descobrir a importância da análise econômica para apreender a lógica da realidade social de países – caso do Brasil – que se originaram de operações comerciais. Com efeito, a formação do Brasil não teve como ponto de partida a confrontação dos invasores portugueses com as populações autóctones. Estas foram massacradas para abrir espaço a atividades empresariais ligadas à expansão de atividades econômicas européias. (FURTADO, 2001, p. 5).

Após a defesa, Furtado foi convidado para trabalhar no escritório da CEPAL em Santiago do Chile. Lá, surgiram questionamentos decorrentes da comparação entre dados econômicos do Brasil e os dos principais países latino-americanos. Veja-se:

Quando fui trabalhar na CEPAL em começos de 1949, reuni a informação disponível sobre a economia brasileira. Minha maior surpresa foi constatar que o Brasil era uma economia atrasada na área latino-americana. A Argentina, cuja população não alcançava um terço da brasileira, apresentava uma produção industrial superior à nossa. A renda per capita do conjunto da América hispânica, não incluída a Argentina, era bem superior à da população brasileira. Tudo isso me chocava mas também constituía um desafio. Será que nosso povo era realmente inferior, como muita gente pensava fora e dentro de nosso país? Que explicação poderia haver? Como já haviam sido desacreditadas as teorias de inferioridade de raça e inadequação de clima, voltei-me para a história. Não será que a classe dirigente brasileira foi incapaz de inserir o país no processo de industrialização que criou a civilização moderna a partir do século passado? Os que viram claro nessa matéria, como Mauá, foram vencidos pelos latifundiários escravistas. Quando comecei a pensar nesses temas, já estava armado de conhecimento de ciências sociais modernas, inclusive análise macroeconômica, e tive o benefício de uma troca franca de idéias com Prebisch. O que importa é que estamos pensando com nossa cabeças, me dizia ele. (FURTADO, 1998, p. 15).

Tanto sua tese quanto sua experiência profissional foram fundamentais para a elaboração de Formação Econômica do Brasil (FEB), publicada em 1959. Esta é uma das principais obras que ajudam a compreender o sentido de nossa formação nacional, o que coloca seu autor em pé de igualdade com Capistrano de Abreu, Gilberto Freire,

Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré e Euclides da Cunha. De acordo com Tamás Szmrecsányi, “[.] *Formação Econômica do Brasil* continua sendo o livro mais conhecido e mais importante de Celso Furtado. Trata-se de um clássico no sentido literal da palavra, de uma obra pioneira e referencial da nossa historiografia econômica” (SZMRECSÁNYI, 1999, p. 207). É por conta dele que as diretrizes curriculares de economia incluíram uma disciplina que leva justamente o seu nome: Formação Econômica do Brasil ou simplesmente FEB, como os alunos gostam de tratar.

A influência de FEB pode ser constatada na construção da moderna historiografia econômica brasileira, tanto por aqueles se possuem simpatia pela obra como por outros que procuram desacreditá-la, ao invés de superá-la<sup>2</sup>. Feita estas considerações, partamos para a análise de algumas das interpretações clássicas de Furtado em Formação Econômica do Brasil, com vistas a apresentar ao leitor novato neste assunto alguns aspectos da riqueza da análise de nosso autor.

## **2.1 A PRIMAZIA PORTUGUESA NA AGRICULTURA TROPICAL E O PAPEL DO BRASIL NO SISTEMA COLONIAL**

A base que empreitada lusitana na América encontrou era bastante frágil. Na inexistência de qualquer comércio para controlar, na falta de metais ou outros produtos para extrair e na ausência de riqueza acumulada para pilhar, como garantir a posse das novas terras? Celso Furtado abordou esse problema nos seguintes termos:

A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança do transporte a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente podiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria que enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da

---

<sup>2</sup> Uma obra bastante difundida entre os economistas é o livro organizado por Marcelo de Abreu Paiva, *A ordem do progresso* (Rio de Janeiro: Campus, 1992). Nela, nota-se um esforço dos economistas da PUC-RJ, em grande parte frustrado, em superar as conclusões furtadianas de Formação Econômica do Brasil.

América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e [...] dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América. (FURTADO, 1986, p. 8).

Como se vê, no longo processo de expansão comercial européia, iniciada ainda no século XI, e que teve sua fase de apogeu durante o século XV, foi Portugal o principal foco dessa empreitada. Esta ligação necessária entre a colonização baseada na agricultura e o mercantilismo europeu também foi assinalada por outro grande pensador brasileiro, Caio Prado Jr. Ele apontou como o verdadeiro “sentido” da colonização brasileira, a saber, o de *“uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”* (PRADO Jr., 1971, p. 31).

Tal situação condicionou a participação do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho, não só na fase colonial como na fase independente. Infelizmente, este “sentido” da colonização brasileira ainda permeia a atual estrutura econômica do Brasil. Apesar de se montar uma economia industrial no País, durante o século XX, ainda continuamos como exportadores de riquezas naturais quando não de divisas, por conta das teias que ainda prendem o Brasil a uma perversa estrutura econômica internacional.

## **2.2 O DESENVOLVIMENTO DAS COLÔNIAS INGLESAS DA NOVA INGLATERRA E O ATRASO DA AMÉRICA LATINA**

Como contrapartida desta situação, Furtado chama atenção do tipo de economia que se estruturou nos Estados Unidos da América. Lá, diferentemente daqui, a ênfase da colonização foi o povoamento, por meio do deslocamento de expressivo contingente de pessoas que buscavam refazer suas vidas. Análise bastante pertinente diz respeito ao impacto da expansão açucareira nas Antilhas no processo de crescimento das economias nas colônias inglesas da América do Norte. Como lembrou Celso Furtado, na região do Caribe

o açúcar desorganizou e, em algumas partes, eliminou a produção agrícola de subsistência. As ilhas se transformaram, em pouco tempo, em grandes importadoras de alimentos, e as colônias setentrionais, que há pouco não

sabiam que fazer com seu excedente de produção de trigo, se constituíram em principal fonte de abastecimento das prósperas colônias açucareiras (FURTADO, 1986, p. 1).

Ademais,

não dispo de força hidráulica para mover os engenhos, as ilhas dependiam principalmente de animais de tiro como fonte de energia. Tampouco dispunham de madeira para fabricar as caixas em que se exportava o açúcar. Do norte vinham uma e outra coisa. Esse importante comércio se efetuava principalmente em navios dos colonos da Nova Inglaterra, o que veio fomentar a indústria de construção naval dessa região. [...] Por último, cabe mencionar a instalação de uma importante indústria derivada da cana: a destilação de bebidas alcoólicas. Neste caso a integração se realizou com as Antilhas francesas. (FURTADO, 1986, p. 1-32).

Verificou-se, pois, a organização de um inédito sistema econômico quadrangular no Novo Mundo, integrando, pelo comércio, as colônias de exploração antilhanas e as zonas de povoamento da América do Norte, o que permitiria, inclusive, o desenvolvimento das “Treze Colônias”. Este fato foi também analisado por Leo Huberman, conforme segue:

naquelas ilhas tropicais havia grandes fazendas dedicadas exclusivamente à produção de culturas básicas, como açúcar e melado. Os homens da Nova Inglaterra não demoraram a descobrir que essas ilhas comprariam tudo que os europeus não quisessem. Aí estava também a oportunidade de obter mercadorias para ajudar a pagar os objetos manufaturados que as colônias estavam sempre comprando da Inglaterra. Levar seu próprio peixe, madeira, grãos, cavalos [...] para as ilhas; trocar tudo isso com açúcar, melado, índigo, e levar o índigo para a Inglaterra e para o resto da Europa. Era a espécie de negócio que os naturais da Nova Inglaterra estavam procurando. (HUBERMAN, 1983, p. 24).

Ora, do que se pode perceber, apesar de originariamente mais pobres do que as colônias tropicais, as Colônias do Norte entraram no comércio com uma pauta mais diversificada e de maior valor agregado, substituindo a Metrópole em seu campo exclusivo de atuação. Em contrapartida, as economias tropicais da América, ou aquelas cuja base da exploração era a extração de minérios, viram-se, desde o início, relegadas à exportação de um ou dois artigos e obrigadas a importar tudo o que se relacionasse ao padrão europeu de consumo. As restrições das metrópoles impediam até

mesmo o aproveitamento de matérias-primas que eram encontradas em abundância nessas regiões.

### 2.3 O CARÁTER CONCENTRADOR DE RENDA DO LATIFÚNDIO ESCRAVISTA

O modelo de plantagem, qual seja, o do latifúndio escravista exportador, não levava apenas à monocultura, mas impossibilitava qualquer acúmulo de capitais na colônia. Era a essência do “pacto colonial”, que tinha por pressuposto extrair da colônia o máximo do excedente econômico disponível. Apesar dos elevados preços do açúcar, particularmente no século XVI e na primeira metade do século XVII, o grosso da acumulação de capitais se verificava no âmbito da circulação. Mesmo assim, os poucos recursos gerados pela produção que, supostamente, permaneceriam na colônia, escoavam através do aviltamento dos preços dos produtos metropolitanos, tais como manufaturas, peixes, azeite, sal e vinho, e pelos juros pagos aos comerciantes flamengos que financiaram a instalação dos engenhos. O último mecanismo de drenagem seria o tráfico de escravos, cujo fornecimento era controlado por comerciantes metropolitanos. Outra característica marcante do fluxo de renda da economia açucareira estava no fato de que a renda disponível estava concentrada nas mãos de um restrito número de senhores de engenhos, uma vez que a população branca era rarefeita em relação aos indígenas e aos negros. Vejamos como Furtado procurou estimar o fluxo de renda criado na colônia:

A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada na mão da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e no armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para dez escravos houvesse um empregado assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país. [...] a inversão em bois seria da ordem de 75.000 libras e os gastos de reposição de cerca de 25.000. Supondo mesmo

que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar esta cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantação de cana. (FURTADO, 1986, p. 44-45).

Em essência, tal situação pouco difere daquela verificada no final do século XIX e começo do século XX, quando no mesmo livro Furtado reflete sobre o caráter concentrador de renda da economia primário-exportadora. Isso, no leva relacionar esas conclusões com os dias atuais. Indicadores que medem a desigualdade como o “coeficiente de Gini” ou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), colocam o Brasil entre os campeões da concentração de renda. É claro que o perfil de economia que se formou ao longo de cinco séculos explica em parte tal situação, ainda mais se levarmos em conta que os descendentes dos escravos são aqueles que hoje se encontram nos patamares mais baixo de renda.

#### **2.4 A CRISE CAFEIRA, A SOCIALIZAÇÃO DE PREJUÍZOS E A INSUFICIÊNCIA DO MODELO “CONVÊNIO DE TAUBATÉ”**

Um outro aspecto importante analisado por Furtado em FEB foi o impacto da crise cafeeira sobre a economia nacional durante a Primeira República. Após quase um século de vertiginoso crescimento, a economia cafeeira defrontou-se com sua primeira crise de superprodução em 1893. Devido à inelasticidade-preço do consumo de café, a queda nos preços não significou um aumento da procura. Naquele momento, como forma de evitar a queda da rentabilidade dos cafeicultores decorrente da baixa das cotações internacionais, o governo federal (controlado pela elite agrária) optou por uma política de desvalorização cambial entre 1893 e 1898. Diante da crise do balanço de pagamentos, em 1898, o governo Campos Salles realizou uma operação de renegociação da dívida com os credores internacionais, particularmente com os banqueiros da Casa de Rothschild. Entre as condicionalidades do *Funding Loan*, estava a garantia de que o governo brasileiro realizaria uma política de valorização do mil-réis por meio da retirada de circulação do papel-moeda sem lastro. Num momento

em que as cotações do café estavam em baixa, a política de valorização cambial implicava em maiores prejuízos aos fazendeiros. Esta situação chegou ao limite em 1906, o que os levou a encontrar uma fórmula artificial para controlar a oferta por meio da retenção dos estoques que excediam a demanda. O financiamento da retenção de estoques dependia recursos externos. O empréstimo seria quitado com a imposição de uma taxa fixa sobre toda saca exportada. Em linhas gerais este foi o *Convênio de Taubaté*.

Aparentemente a solução era bastante satisfatória. No entanto, criava novos problemas. Em primeiro lugar, a rentabilidade assegurada pelo Convênio fazia com que novos produtores ingressassem no mercado, tanto no Brasil quanto no exterior, o que implicava no aumento da safra a ser estocada. Além disso, o que era uma situação passageira se transformou em problema estrutural, dada a crescente oferta de café. Por fim, a política de retenção de estoques dependia da liquidez internacional, já que os empréstimos eram contraídos no exterior.

A ruína dessa política foi assim explicada por Celso Furtado:

A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumentava dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-29 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta mas firmemente com a população e a urbanização. (FURTADO, 1986, p.181).

Dois problemas adicionais podem ser extraídos desta situação. Em primeiro lugar, o afluxo de recursos estrangeiros destinados à política de valorização criou uma situação de ilusão cambial; em segundo, a valorização do câmbio teve um impacto negativo sobre as atividades industriais internas, algo que, numa economia como a brasileira vem se repetindo de maneira



cíclica ao longo das décadas. Concentremo-nos no primeiro problema, conforme assinala Celso Furtado:

a coincidência da afluência de capitais privados e da chegada dos empréstimos destinados a financiar o café deu lugar a uma situação cambial extremamente favorável, e induziu o governo brasileiro a embarcar numa política de conversibilidade. Deflagrada a crise no último trimestre de 1929, não foram necessários mais que alguns meses para que todas as reservas metálicas acumuladas à custa de empréstimos externos fossem tragadas pelos capitais em fuga do país. Dessa forma, a aventura da conversibilidade do final dos anos vinte – a qual em última instância era um subproduto da política de defesa do café – serviu apenas para facilitar a fuga de capitais. Não fosse a possibilidade de conversão que existiu nesse período, a queda do mil-réis teria sido muito mais brusca, estabelecendo-se automaticamente uma taxa sobre a exportação de capitais. Essa taxa chegou, mas somente depois de se evaporarem todas as reservas. (FURTADO, 1986, p.185).

A crise que eclodiu em outubro de 1929 por conta do Crack da Bolsa de Nova York levou consigo as bases da economia brasileira que caracterizava as décadas iniciais do século XX. O resultado da bancarrota também foi descrito por Celso Furtado:

A grande acumulação de estoques de 1929, a rápida liquidação das reservas metálicas brasileiras e as precárias perspectivas de financiamento das grandes safras previstas para o futuro, aceleraram a queda do preço internacional do café iniciada conjuntamente com a de todos os produtos primários em fins de 1929. Essa queda assumiu proporções catastróficas, pois, de setembro de 1929 a esse mesmo mês de 1931, a baixa foi de 22,5 centavos de dólar por libra para 8 centavos. (FURTADO, 1986, p. 187).

Quebrado o setor exportador, a economia nacional parecia quebrar junto. Os prejuízos do setor cafeeiro seriam novamente socializados. No entanto, dada a ruína da República Velha - decorrente da crise do modelo primário-exportador - a solução encontrada pelo Governo Provisório de Vargas deveria ser moldada em novas bases.

## 2.5 A POLÍTICA ANTICÍCLICA DO GOVERNO PROVISÓRIO DE VARGAS E A MUDANÇA DO CENTRO DINÂMICO DA ECONOMIA

A ruína que se abateu sobre as atividades ligadas à agro-exportação foi generalizada. A contração dos mercados internacionais e a queda nos preços dela decorrente levaram a economia brasileira a uma grave crise. Ela se abatia com maior intensidade sobre a principal atividade econômica: a exportação de café. A crise neste setor, por conta de seu impacto em atividades domésticas, tendia a agravar ainda mais situação. Não obstante, conforme ressaltamos anteriormente, o setor cafeeiro já enfrentava suas próprias dificuldades. Acúmulo de estoques invendáveis, baixa dos preços e contração do crédito internacional, que antes financiava a política de retenção de estoques. Logo, o problema da superprodução deveria ser resolvido de maneira diferente. E foi o que fez o governo provisório que depôs a hegemonia dos estados cafeeiros com a Revolução de 1930. Os termos desta política foram assim assimilados por Furtado:

não bastava retirar do mercado parte da produção de café. Era perfeitamente óbvio que se esse excedente da produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. [...] a destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. À primeira vista parece absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados. (FURTADO, 1986, p. 1989).

A política do Conselho, posteriormente Departamento Nacional de Café, que consistia na compra e queima dos excedentes e num rígido controle sobre a oferta, surtiu efeito positivo sobre a economia em geral. Ao garantir a renda dos cafeicultores garantiu também a renda dos setores domésticos a ele vinculado. Isto somado à expressiva queda na capacidade de importar, permitiu o florescimento de atividades industriais vinculadas à substituição de importações.

Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. [...] “Explica-se, assim, que já em 1933 tenha recomeçado a crescer a renda nacional no Brasil, quando nos EUA os primeiros sinais de recuperação só se manifestam em 1934. Na verdade, no Brasil, em

nenhum ano da crise houve inversões líquidas negativas, fato que ocorreu nos EUA e como regra geral em todos os países. [...] É, portanto, perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros. (FURTADO, 1986, p. 192-193).

Está implícita neste raciocínio uma análise keynesiana acerca do papel do gasto público (emissões do Tesouro e empréstimos do Banco do Brasil) como estimulador da demanda agregada. Em FEB há uma sucinta reflexão sobre o impacto dessas políticas sobre a renda doméstica, da mesma forma em que se estima o elevado custo de uma política de “livre mercado” (FURTADO, 1986, p.191).

Apesar de inconscientes, as políticas pós-revolução de 1930 foram responsáveis por uma mudança de fundo na estrutura econômica brasileira. Pela primeira vez em 400 anos a dinâmica do crescimento econômico deixou de ser o mercado externo. Processou-se, naquela época, decorrente da crise estrutural do capitalismo liberal, o desenvolvimento “hacia adentro”, tal como o definia Raúl Prébisch (CEPAL, 1951) em seu primeiro “*Estúdio econômico de América Latina*”, raciocínio este apropriado por Furtado, conforme segue:

[...] o fator dinâmico principal nos anos que se seguem à, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitante com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mais ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor exportador. (FURTADO, 1986, p. 198)

Após a crise de 1929 foram criadas as condições para um longo e tortuoso processo de industrialização, tema este abordado por Furtado em diversas obras dedicadas ao desenvolvimento econômico, aos desequilíbrios regionais e às perspectivas da economia brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um texto que tratasse toda a riqueza da obra de Furtado, particularmente de sua obra-prima que é *Formação Econômica do Brasil*, requereria o esforço de uma tese de doutoramento, dada as inúmeras implicações de seus estudos. Além disso, a estatura intelectual deste autor, por sua genialidade, coerência e formação técnica e humanística deve servir de modelo para a formação de novos cientistas sociais e economistas, para que tenha um efetivo comprometimento com este povo que um dia será nação. Apesar do estilo contestável, encerro este texto com uma citação de Furtado que dispensa comentários.

Inclinei-me a pensar que o ter escrito um livro como *Formação Econômica do Brasil*, que poderia ajudar a nova geração a captar a realidade do país e identificar os verdadeiros problemas deste, representava o melhor emprego de meu tempo. Concluíra-o apontando para os dois desafios a serem enfrentados no futuro imediato: completar a industrialização e deter o processo de crescentes disparidades regionais. Como nordestino cabia-me prioritariamente dar uma contribuição na segunda dessas frentes de luta. (FURTADO, 1985, p. 227).

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A história econômica como disciplina independente*. Palestra proferida no Departamento de História EM 05/09/1988. Mimeografado.
- CAVALLO, Domingo. La lucha por evitar el Default y la Devaluación. 25 de Marzo de 2002. Disponível em: <http://www.cavallo.com.ar/notas.php?id=73>>. acesso em 21 nov. 2006.
- CEPAL. Estudio económico de América Latina, 1949 (E/CN. 12/164(Rev. I), Nueva York, Naciones Unidas. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: 1951.1I.G.1.
- FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 21.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec:ABPHE, 2001.
- GALBRAITH, J. K. *A economia das fraudes inocentes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza dos EUA: (Nós, o povo)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ISSLER, João Victor; FERREIRA, Rachel Couto. *Pesquisadores e Departamentos de Economia no Brasil a partir de citações internacionais*. Rio de Janeiro: Ensaio Econômico. Fundação Getúlio Vargas. 550. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/fgv/epgewp/550.html>. Acesso em: 5 nov.2006.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John. *Depois do Consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MENDES, Armando Dias. *O economista e o ornitorrinco: ensaios sobre formação e a profissão dos economistas*. Brasília: Coronário Editora, 2001.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2002.

OS ECONOCLASTAS. *Pequeno breviário das idéias econômicas preconcebidas*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

PAIVA, Marcelo de Abreu, *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Sobre a formação de Formação econômica do Brasil de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.37, p. 207-214, 1999.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.